

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO
CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E
AGRICULTURA FAMILIAR – CEDRAF.
ATA DA 86ª REUNIÃO DO CEDRAF REALIZADA EM 28/06/2019

Agenda da Reunião:

Item	Horário	Assunto	Responsável
1	8h15	Credenciamento	Secretaria-Executiva
2	8h30	Abertura e aprovação da pauta	Presidente do CEDRAF Norberto Ortigara
3	8h40	Aprovação da ATA da 85ª	Presidente do CEDRAF Norberto Ortigara
4	8h50	Fórum de indicação geográfica – Origens Paraná.	Andreia Claudino - Sebrae
5	09h20	Projeto Mais Gestão – resultados 1º Quadrimestre	Sergio Roberto Auffinger
6	10h10	Fórum Paraná Livre de febre aftosa sem vacinação	Rafael Gonçalves Dias - ADAPAR
7	10h40	Informes do Secretário da Agricultura e do abastecimento e Presidente do CEDRAF	Presidente do CEDRAF Norberto Ortigara
8	11h30	Assuntos Gerais	Presidente do CEDRAF Norberto Ortigara
9	12h00	Encerramento	Presidente do CEDRAF Norberto Ortigara

6 Aos vinte e oito dias do mês de junho de dois mil e dezanove, realizou-se a Octogésima Sexta
7 reunião do CEDRAF, nas dependências do Instituto EMATER, no município de Curitiba – Paraná.
8 **Item 1. Credenciamento:** Estiveram presentes dezoito conselheiros sendo: **Conselheiros da**
9 **Sociedade Civil:** Andréia Claudino - SEBRAE, Luiz Alfredo Slusart - REDE ECOVIDA, Bernardo
10 Vergopolen - FETRAF, Amadeu Antônio Bonatto – DESER, Alcení Domingues – FEPAR, Luiz Levi
11 Tomacheski – CRESOL, Ana Paula Conter Lara – FETAEP, Claudio Luiz Guimarães Marques –
12 Câmara de Agroecologia, Jhony Moller – OCEPAR. **Conselheiros do Poder Público:** Dimas
13 Soares Junior – IAPAR, Antônio Maciel Botelho Machado – EMBRAPA, Nestor Bragagnolo – SEPL,
14 Ana Sueli Vandersen – SEED, Sergio Augusto Guarienti – EMATER, Thamisis Camila Piaskowski –
15 CONAB. **Convidados:** Gerson Bueno – ADEOP, Marcos Gonçalves – MAPA/PR, Carlos Roberto
16 Bittencourt – SEAB. **Faltas justificadas:** SEMA. **Item 2. Abertura e aprovação da pauta:** O
17 Secretário Ortigara fez a abertura da reunião e em seguida apresentou a pauta que foi aprovada.
18 **Item 3. Aprovação da ATA da 85ª Reunião:** **Marcos Gonçalves**, Coordenador da Câmara Técnica
19 de Meliponídeos relatou que foi apreciado na última reunião o Regulamento da Câmara de
20 Meliponídeos, mas que na ata não ficou claro se foi aprovado. Ressalta a necessidade de esclarecer,
21 pois desconhece se todos receberam o documento e puderam apreciar. Após manifestações dos
22 conselheiros, o Presidente **Ortigara** propõe o envio da proposta de Regimento para que os
23 conselheiros possam se manifestar e contribuir, para aprovação na próxima reunião. **Claudio Luiz**
24 **Guimarães Marques – Câmara de Agroecologia** cita que fez várias sugestões de correção na Ata
25 com algumas complementações. Como as sugestões não alteram o conteúdo discutido e aprovado,
26 Miriam se responsabilizou por inclui-las. O Presidente **Ortigara** colocou a ATA em votação a qual
27 foi aprovada. **Item 4 - Fórum de Indicação Geográfica – Origens Paraná – Andreia Claudino do**
28 **SEBRAE** agradece a oportunidade de apresentar o programa que o Sebrae Paraná coordena, mas
29 que tem a participação e a parceria de muitas entidades. Atualmente tem no Brasil sessenta e três
30 produtos registrados com indicação geográfica. No Paraná são sete aprovados e cinco em
31 andamento. Existem duas espécies de indicação, uma chamada de procedência e outra de origem.
32 A principal diferença entre essas duas espécies é: a indicação de procedência é quando o território
33 tem a notoriedade como centro de produção, fabricação ou extração do produto e o saber-fazer no
34 local reconhecido pela reputação e tradição dos produtores. O Paraná tem uma indicação de
35 procedência que é o Café do Norte Pioneiro. Denominação de origem é o reconhecimento de um
36 produto de determinada região com características geoclimáticas que fazem com que aquele
37 produto tenha um sabor diferenciado. Quem tiver curiosidade e desejar mais informações pode

38 entrar no link [http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/indicacoes-geograficas-](http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/indicacoes-geograficas-brasileiras)
39 [brasileiras](http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/indicacoes-geograficas-brasileiras), onde poderão rastrear todas as indicações do Brasil e do Paraná. O SEBRAE Paraná
40 começou a trabalhar nesse projeto em parceria com outros atores, no Território Norte Pioneiro
41 visando incentivar e apoiar os produtores, resultando na primeira indicação de procedência do
42 Paraná. Construiu uma metodologia com três etapas, sendo a primeira o diagnóstico de
43 potencialidades de indicação geográfica, pois o Paraná tem inúmeros produtos. Foram listados trinta
44 e cinco produtos entre os quais dez foram considerados estratégicos para se obter experiência e
45 depois ampliar. A segunda etapa foi a de preparação da documentação, análise do processo por
46 diferentes especialistas e elaboração do protocolo, para finalmente solicitar o reconhecimento. A
47 terceira etapa, que está em andamento, é de ampliação do projeto com a sensibilização de novos
48 produtores, a organização e concretização das ações do Conselho Regulador, promoção dos
49 produtos com IG e busca de mercados. Após tudo isto feito, constatou-se que havia necessidade
50 de construir uma rede, pois para trabalhar com uma governança coletiva é preciso gerar confiança
51 e conhecimento, assim em dois mil e dezessete foi realizada a primeira Formação de Executivos
52 de Indicações Geográficas do Paraná. São em torno de quarenta executivos, aqueles que botam a
53 mão na massa, para que a análise e verificações dos cadernos de especificações aconteçam. Há
54 necessidades desta gestão e controle porque quando vende um produto fora da especificação do
55 protocolo da indicação geográfica, perde-se a credibilidade. Até três anos atrás pouco se falava de
56 indicação geográfica, hoje não é mais novidade, mas o SEBRAE desenvolveu estas etapas,
57 elaborou o diagnóstico e as normas que podem ser utilizados para estruturar novos grupos. Agora
58 em dois mil e dezenove foi criado o fórum Origens Paraná porque é necessário articular pessoas
59 engajadas em uma rede de confiança formada a partir da capacitação realizada. Hoje o SEBRAE é
60 procurado para trabalhar em outras IG, como o porco Moura, a Cracóvia de Prudentópolis e vários
61 outros. Para dar continuidade será feito o planejamento por nível de atuação: para quem já fez toda
62 essa parte do protocolo e recebeu o registro o trabalho será para acessarem um mercado
63 diferenciado; para quem está iniciando será oferecido o diagnóstico, a análise e a estruturação do
64 processo, orientação para preparar os documentos, organização da banca de avaliação. Será
65 desenvolvida uma ferramenta de mercado diferenciado inclusive com possibilidade de exportação.
66 O **Presidente Norberto** parabeniza Andreia e deixa para questionamentos. **Marcos Aparecido**
67 **Gonçalves** destaca que a intenção do fórum é envolver o maior número possível de entidades e
68 indaga sobre a forma como ele será reconhecido e atuará junto ao CEDRAF. No Ministério da
69 Agricultura, que também é integrante do fórum IG Paraná, será publicada uma portaria
70 reconhecendo o fórum e a participação. **Andreia** manifesta que quanto mais reconhecido o Fórum
71 Origens Paraná é, mais força terá, então ter uma formalização via o CEDRAF é importante. Na
72 próxima reunião é possível apresentar um documento para aprovação do CEDRAF reconhecendo
73 que o Origens Paraná é do estado do Paraná. **Dimas do IAPAR** concorda que criar essa
74 proximidade de forma mais articulada deve ser considerada e que o CEDRAF é espaço adequado
75 para isso porque aproxima as pessoas e gera confiança, por isso é adequado para fortalecer essa
76 iniciativa que tem dado muitos frutos e se mostrado tão importante para agricultura do Estado. **Item**
77 **5 - Projeto Mais Gestão – resultados 1º Quadrimestre**, destacando que este projeto é uma ação
78 conjunta da EMATER e ADEOP, que foram contratadas pela ANATER, para executar o serviço de
79 ATER visando o fortalecimento da capacidade de gestão de cento e sessenta pequenas
80 cooperativas do Estado do Paraná. **Sérgio Auffinger** coordenador do Projeto Mais Gestão pela
81 EMATER esclarece que se trata de um projeto de assistência técnica específica para as
82 organizações da agricultura familiar baseado na metodologia de ATER Mais Gestão da ANATER. O
83 objetivo é trabalhar o fortalecimento dos empreendimentos produtivos, cooperativas e associações,
84 voltado à qualificação do sistema de gestão e o acesso ao mercado. O contrato 022/2018 entre
85 EMATER e ANATER prevê o atendimento a setenta organizações, com início em janeiro de dois mil
86 e dezenove até o final de dois mil e vinte. Das setenta organizações quarenta e duas são
87 cooperativas e vinte e oito associações. Também está em execução o contrato com a ADEOP, via
88 chamada pública, com atendimento para mais noventa organizações, totalizando no Estado cento
89 e sessenta organizações. O Projeto possui uma metodologia que prevê a adesão da organização e
90 seu cadastramento; o diagnóstico inicial e atualização mais o levantamento anual produtivo e
91 comercial; o projeto de gestão e as atividades de ATER que são individuais e coletivas; avaliações
92 periódicas, ajustes e avaliação final. Antes do final do ano será feita uma reunião de avaliação e
93 reprogramação, se necessário. Existem quarenta profissionais envolvidos no processo, distribuídos
94 em técnicos de base que atendem no máximo quatro organizações, com capacidade para promover,

95 acompanhar, mobilizar e/ou implementar mudanças positivas nas áreas de gestão, considerando a
96 abordagem participativa e educativa com os empreendimentos, com a frequência de uma visita
97 semanal por organização, além de uma equipe de especialistas que dão o apoio técnico com
98 conhecimento e experiência aprofundada em alguma área de gestão, capaz de oferecer
99 metodologias e soluções técnicas adequadas para cada caso, atuando por meio de consultorias e
100 assessorias, conforme o projeto de gestão. Serão medidos dezesseis indicadores de resultados,
101 distribuídos nos eixos institucional, ambiental, organizacional, econômico e de inovação. O projeto
102 da Emater já está na fase de fechar os setenta planos de ação para gestão das organizações,
103 iniciando os atendimentos individuais. Devido a transição da diretoria na Anater, foi solicitado para
104 adiar a execução das atividades coletivas. As demais atividades do primeiro quadrimestre já foram
105 executadas e aprovadas pela Anater, mas a Emater ainda não recebeu o pagamento da segunda
106 parcela. Sergio Auffinger encerra a sua apresentação reforçando que as ações do projeto estão em
107 dia e sua expectativa é que a falta de pagamento não atrapalhe a execução das atividades futuras.
108 **Gerson da ADEOP**, informa que também está desenvolvendo o Projeto Mais Gestão ANATER, em
109 parceria com a UNICAFES, o SEBRAE e a EMATER. Inicialmente Gerson apresenta a instituição
110 ADEOP, seus objetivos, composição da diretoria e projetos já realizados e em execução. Sobre o
111 projeto Mais Gestão esclarece que atendem noventa cooperativas distribuídas em três lotes
112 (contratos), e que o processo metodológico é o mesmo que já foi apresentado pela Emater. A
113 ADEOP já executou as etapas de mobilização, diagnóstico das organizações e elaboração de
114 planos de gestão, agora está fazendo as visitas técnicas para realizar as ações do projeto de gestão.
115 Gerson apresenta as metas da ADEOP no projeto, distribuídas entre os lotes trinta e um, trinta e
116 dois e trinta e três e que no total alcançam as noventa organizações e treze mil e quinhentos
117 agricultores familiares associados, envolvendo vinte e quatro técnicos de base e nove especialistas.
118 Gerson destacou que, igualmente ao que ocorre com a Emater, a ADEOP também não recebeu o
119 pagamento pelas atividades já executadas nos três lotes, estando em atraso o valor de
120 R\$ 1.261.954,98 (um milhão, duzentos e sessenta e um mil, novecentos e cinquenta e quatro reais,
121 noventa e oito centavos). Expressa sua preocupação quanto a continuidade das ações, tendo em
122 vista as informações recebidas de que em alguns estados da federação houve cancelamento de
123 contratos. O conselheiro **Bernardo da FETRAF** manifesta sua preocupação uma vez que essa
124 questão atinge os agricultores familiares diretamente, destacando que o projeto de ATER na
125 Diversificação da Fruticultura também está na mesma situação. Propõe que o CEDRAF encaminhe
126 uma manifestação contestando e cobrando essa situação de não pagamento às entidades e
127 suspensão dos projetos. É de seu conhecimento que se fala em auditoria o que demonstra o
128 interesse de encontrar algo para não deixar a coisa acontecer, e talvez seja esse o objetivo, fragilizar
129 cada vez mais aquilo que já é frágil, como a oferta de ATER. **Thamisis Camila Piaskowski** da
130 CONAB responsável pelo Programa de Aquisição de Alimentos na CONAB, percebe o quanto é
131 importante a presença do Projeto Mais Gestão nas cooperativas e associações que tem muitas
132 dificuldades na parte de gestão, principalmente de liderança para buscar, elaborar e executar
133 projetos. Destaca que no Programa de Aquisição de Alimentos os recursos também diminuem a
134 cada ano. No ano passado a CONAB formalizou apenas dois milhões em projetos da Agricultura
135 Familiar quando a demanda era de dez milhões, mas tem notado que não há uma reclamação por
136 parte da agricultura familiar em solicitar mais recursos para continuidade da execução de programas.
137 Normalmente em março já se conhece a disponibilidade de recursos para o PAA, mas até o
138 momento, não há nenhuma orientação de Brasília. Concorda com o Bernardo de haver uma
139 manifestação tanto do CEDRAF como das organizações dos representantes da agricultura familiar,
140 para haver continuidade tanto no Programa de Aquisição de Alimentos como no Mais Gestão.
141 **Amadeu do DESER** destaca que as entidades que fazem ATER diretamente com famílias
142 dependem, sobretudo quando se trata de diversificação nas áreas cultivadas com tabaco, de
143 alternativas para a comercialização. O agricultor até concorda em investir em outras atividades, mas
144 ele quer saber se vai comercializar e a cooperativa é um instrumento essencial e esse trabalho do
145 Mais Gestão é fundamental. **Amadeu** agradece o Secretário Norberto pelo esforço que tem feito
146 intermediando junto à ANATER e ao MAPA em relação a essa problemática que as entidades de
147 ATER estão passando. Informa que a CEASOL está tendo muitos problemas relacionados às
148 mudanças no Sistema de Gestão de ATER – SGA, e questiona se as demais entidades também.
149 Relata sua preocupação sobre a situação financeira, pois em reunião com responsáveis pelo Projeto
150 Diversificação no Ministério da Agricultura e na ANATER a resposta é que o pagamento será feito
151 somente após a revisão de todos os contratos e já estão ocorrendo cancelamentos. Trata-se de

152 uma situação extremamente delicada, pois a ANATER diz que até pode discutir, desde que se faça
153 uma repactuação de metas, então se houver pagamento vai ser em valores menores do que aquele
154 contratado inicialmente. Como o credenciamento das entidades foi aprovado pelo CEDRAF é
155 importante que os conselheiros tomem conhecimento desta situação. Propõe que o CEDRAF
156 através da secretaria executiva, convoque uma reunião das entidades que tem contratos de ATER
157 para dar encaminhamento a estas questões. **Gerson da ADEOP** ratifica o posicionamento do
158 Amadeu afirmando que precisam cobrar um posicionamento das entidades em Brasília, pois como
159 está fica difícil de dar continuidade às ações. **Sergio Auffinger** alerta que também está tendo
160 dificuldades no SGA do Mais Gestão, pois tem coisas que não podem ser lançadas, mas a questão
161 financeira é muito mais relevante neste momento. **Norberto Ortigara** informa que teve uma reunião
162 com a ADEOP fez um manifesto ao Presidente da ANATER mostrando essa situação. Fica muito
163 preocupado com aquilo que o Amadeu falou que é a perda de credibilidade quando se interrompe
164 um trabalho que é importante. Acata a sugestão de reunir a Câmara Técnica de ATER e produzir
165 um documento coletivo do CEDRAF para a Ministra da Agricultura e o presidente da ANATER e
166 cobrar um posicionamento. Relata que em visita do diretor de política agrícola do Ministério da
167 Agricultura ao Paraná, expôs que existem pendências com a ANATER solicitando a ele que fizesse
168 alguma intervenção. Em sua opinião o Mais Gestão deverá se inserir em um contexto mais amplo
169 de fortalecimento da pequena cooperativa ou associações formais do estado do Paraná. O Estado
170 está elaborando uma proposta de intervenção qualificada, sendo uma delas o fornecimento de
171 capital de giro e capital de investimento, discutindo com a Fomento Paraná e o BRDE a possibilidade
172 de baratear o custo do dinheiro para essas pequenas cooperativas. Com o Banco do Brasil está
173 negociando a possibilidade de reconstrução ou fortalecimento de um fundo de aval para essa
174 tomada de capital. A visão do governador é de que isso deve ser feito, mas nesse momento de crise
175 ele quer prestigiar quem vai gerar um emprego adicional e quem criar mais empregos, terá um
176 benefício adicional, como o Juro Zero, para que dessa forma possa alavancar o desenvolvimento
177 do Estado. **Item 6 - Fórum Paraná Livre de Febre Aftosa sem Vacinação: Rafael Gonçalves**
178 **Dias**, Gerente de Saúde Animal da ADAPAR relata que o Paraná está passando por um processo
179 de transição com a febre aftosa, uma doença que faz controle há mais de cinquenta anos e que
180 agora é possível a retirada da vacinação. Este processo gera alguns efeitos colaterais por isso não
181 há um consenso sobre o assunto apesar de existir muitas vantagens em melhorar o status sanitário
182 e obter certificação. A vantagem além de ser comercial, atinge diretamente os produtores que terão
183 um manejo com menos stress dos animais e menor custo com as vacinas. Relata que foram
184 realizadas reuniões em seis fóruns regionais, onde houve participação dos produtores e entidades
185 representativas das regiões. O objetivo foi informar o que muda após a retirada da vacinação e
186 quais as vantagens desta ação no Paraná. A primeira alteração será a proibição da comercialização
187 e do uso da vacina contra febre aftosa. Historicamente o Paraná tem duas campanhas de vacinação,
188 uma em maio outra em novembro, a de maio passado foi a última campanha e se o Estado já estiver
189 considerado livre da doença a de novembro não será realizada. Até setembro deste ano o Paraná
190 espera o Ministério da Agricultura reconheça o Estado livre de febre aftosa sem vacinação. Outra
191 vantagem em retirar a vacinação é ficar independente pois atualmente o Paraná compõe um bloco
192 com todos os demais Estados da federação, exceto Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Um foco
193 de febre aftosa em Roraima ou Amazonas levaria o Paraná a perder o status. O principal efeito
194 colateral dessa medida é que a partir do momento que cessar a vacinação no Paraná, os animais
195 que são vacinados nos outros estados não poderão mais ingressar aqui. Depois da retirada da
196 vacinação não haverá nenhum problema com relação à entrada de produtos sejam carnes
197 congeladas ou in natura de boi, de suínos e caprinos, com ou sem osso, leite in natura ou
198 processado, couros, farinha de carne e osso, enfim para produtos e subprodutos não haverá
199 nenhuma alteração. Outra vantagem é que o produtor vai deixar de fazer aplicação da vacina,
200 reduzindo custos, mas ele terá que continuar fazendo a atualização de cadastro duas vezes ao ano,
201 em maio e em novembro. Isso poderá ser feito nas Unidades da SEAB e estuda-se a possibilidade
202 de fazer *on line*. O **Secretário Norberto** enfatiza, que além de economizar não vacinando, o
203 produtor também não gastará com a identificação individual dos animais, mas a atualização
204 cadastral duas vezes no ano é uma obrigação formal e gera multa, pois é a única forma de obter o
205 GTA, e quem não tiver, não poderá comercializar os animais. A ADAPAR necessita conhecer como
206 os animais se movimentam, assim, sendo tirada a vacinação serão usadas outras ferramentas de
207 monitoramento. **Rafael da ADAPAR** informa que a expectativa é que em dois mil e vinte e um o
208 Paraná receba o certificado de reconhecimento da OIE - Organização Mundial de Saúde Animal,

209 como área livre sem vacinação. O **Secretário Norberto** esclarece a importância de aproveitar o
210 momento para evoluir já que tem uma boa avaliação do Ministério da Agricultura, não tem mais
211 doença, pode tirar a vacina e usar outras ferramentas de monitoramento. Se ocorrer um foco, e
212 pode acontecer, o tempo de retorno para reconquistar o status é a capacidade de ação e hoje com
213 o georreferenciamento das propriedades é possível uma atuação rápida e focada. O propósito é ter
214 uma economia mais agressiva, duplicando ou triplicando a produção. **Ana Paula Conter Lara**
215 comunica que a **FETAEP** está apoiando pois o agricultor familiar só terá ganhos, também entendem
216 que a atualização cadastral será muito importante e já estão negociando com os sindicatos.
217 **Tomacheski** acrescenta que é muito importante para a **CRESOL** que o Paraná esteja livre da
218 vacinação, assim como o cadastramento, pois o fato de comprar e vender entre os agricultores
219 dificulta muito o financiamento e agora vai desburocratizar. Pergunta ao Rafael se será adotada
220 uma estrutura de fiscalização no trânsito dos animais nas fronteiras do Paraguai, da Argentina, do
221 Mato Grosso e São Paulo, para esse período agora e futuro, ou se será a estrutura atual. Rafael
222 esclarece que as fronteiras sempre serão pontos de riscos, especialmente quando são divisas secas.
223 **Norberto** informa que a ADAPAR tem trinta e três de barreiras fixas nas divisas com Santa Catarina,
224 Mato Grosso e São Paulo, das quais apenas dezesseis serão corredores sanitários. Já foi solicitada
225 ao governador autorização para contratação de trinta veterinários e cinquenta técnicos agrícolas
226 para reforçar a capacidade de operação vinte e quatro horas diárias nas barreiras; existem catorze
227 Vans que se transformam em ponto de fiscalização e a Polícia Rodoviária Estadual tem atribuição
228 de parar e verificar os documentos sanitários. Esclarece que a fiscalização nas barreiras
229 internacionais a competência Ministério da Agricultura mesmo assim o Paraná se mantém vigilante.
230 Mostrar para o mundo que o Paraná está com o certificado é bonito, mas o que vale é atitude aqui
231 dentro. **Item 7 - Informes do Secretário da Agricultura e do abastecimento e Presidente do**
232 **CEDRAF**: Está sendo desenhado com vários parceiros um projeto para ampliação para a produção
233 de uvas mais rústicas para suco e vinho, mas também dando força a quem produz uvas finas para
234 vinho. O Estado produz sucos e vinhos de boa qualidade, mas importa uva do Rio Grande do Sul,
235 quando tem a possibilidade de ampliar o cultivo. Todos viram que o Senado aprovou a lei do queijo
236 artesanal e Selo Arte, vamos ver como é que podemos aproveitar essa nova legislação. Temos
237 queijo aqui no Paraná melhor que o da Serra da Canastra, mas lá tem marketing aqui não, então
238 vamos trabalhar isso positivamente. Está quase pronto um programa de melhoria do desempenho
239 da agricultura no arenito do Paraná para apoiar e ampliar a irrigação com crédito, tributários e
240 assistência técnica para estimular a produção bovinocultura corte e leite, de laranja, abacaxi,
241 mandioca, seringueira ou outras alternativas. Técnicos da do poder público e da iniciativa privada
242 visitaram o Paranapanema / Holambra que tem uma experiência bastante exitosa e usa a água com
243 maestria para fazer uma agricultura com mais resultados. O Paraná lamentavelmente irriga cerca
244 de um por cento apenas a sua agricultura e perde muita safra especialmente naquela região. Saiu
245 a regulamentação da lei da alimentação orgânica no Paraná, que propõe a compra de cem por
246 cento da alimentação escolar orgânica até 2030, o que é um grande desafio. A SEAB já fez os
247 ajustes necessários e agora está na FUNDEPAR e na semana que vem deve ir para o Governador.
248 O programa Leite das Crianças existe há mais de quinze anos, fortalecendo mais de quarenta
249 pequenos laticínios e mais de cinco mil agricultores que entregam leite, mas vem sendo questionado
250 há vários anos pelo Ministério Público que não quer mais que seja computado como gasto em
251 saúde e está difícil decidir o que fazer, não se encontra alternativa. O fato é que já acumulou um
252 passivo de mais de seis bilhões junto à saúde pública que tem a expectativa de que este recurso
253 seja repassado para eles. A justificativa é que o leite não é universal, atende apenas uma parcela
254 da população e o SUS é para todo cidadão brasileiro. Haverá mais uma reunião no Ministério
255 Público para decidir o que fazer, mas está difícil para o executivo bancar este recurso, não tem de
256 onde tirar. A própria saúde pública do Paraná diz que já está na hora de passar a fornecer meio litro
257 por criança por dia e não mais um litro. Seria um litro a cada dois dias e isso cortaria o custo pela
258 metade, mas é isso é a visão da Saúde e não o desejo da Agricultura. Junto com as Secretarias do
259 Planejamento e da Justiça, Família e Trabalho será retomado o Programa Renda Agricultor, para
260 atender mais um mil e quinhentas famílias rurais que vivem em situação de vulnerabilidade, dando
261 a elas a chance se tornarem agricultoras e quem sabe sair do Bolsa Família pelo trabalho que
262 possam desenvolver, gerando renda na propriedade. **Item 8 – Assuntos Gerais: Claudio Marques,**
263 **Secretário da Câmara de Agroecologia**, relembra que na reunião de outubro do ano passado
264 foram apresentadas duas Moções que foram aprovadas pelo plenário conforme registrado em Ata,
265 mas que ainda não foram encaminhadas. Já não tem certeza se ainda vale encaminhar, mas

266 gostaria que ficasse registrado o motivo de não terem sido encaminhadas. Uma das Moções era de
267 apoio ao Decreto referente à Política Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais que estava
268 ameaçada de cancelamento e outra da Câmara de Agroecologia, manifestando-se contrária à
269 flexibilização da Lei dos Agrotóxicos, as quais deveriam ser enviadas à Câmara Federal e ao
270 Senado. Outra questão é com relação ao ofício que também foi aprovado na última reunião e
271 entregue em mãos ao Secretário em fevereiro deste ano sobre o projeto de incorporação das
272 autarquias da SEAB, no qual havia um posicionamento em defesa do CPRA. Também ficou decidido
273 que seria realizada uma reunião extraordinária para discutir o projeto de incorporação para um
274 posicionamento do CEDRAF a qual não ocorreu. Sobre o Decreto da Alimentação Escolar cem por
275 cento orgânica, a Câmara tomou conhecimento extraoficial de que houve alterações na proposta
276 inicial, então solicita informar o que e porque foi modificado e quem trabalhou a nova proposta.
277 Sobre o Decreto da alimentação escolar **Norberto Ortigara** informa que a essência não mudou em
278 nada, somente a forma de redigir passou por tratamento jurídico para ficar em harmonia com a
279 redação legislativa e o Plano de Alimentação Escolar Orgânica até 2030 integra o Decreto. É
280 compromisso da SEAB e da FUNDEPAR junto com o Ministério Público, reunir o grupo de trabalho
281 e demais entidades para mostrar a versão final antes de enviar ao governador. Cláudio solicita que
282 a Câmara de Agroecologia seja chamada para acompanhar. Sobre a carta que trata do CPRA
283 **Norberto** esclarece que todas as instâncias de governo passam por momentos difíceis
284 financeiramente e que o plano de governo do estado sinalizou a redução da estrutura administrativa.
285 A SEAB poderia propor estas mudanças por Decreto como em outros estados, mas optou por criar
286 um grupo de trabalho para discutir os prós e contras e construir uma proposta. A motivação para
287 esta ação é a possibilidade de poder entregar mais para a sociedade e salvar a pesquisa agrícola
288 do Paraná que vem perdendo seus pesquisadores. O projeto já passou por análise no Planejamento
289 e na SEAP, voltou para resolver algumas questões apontadas pela Fazenda, então ele não tem a
290 versão final. Mas a proposta é juntar o esforço de pesquisa e assistência técnica, ampliar o esforço
291 de propriedade de referência como um polo de pesquisa, prover a pesquisa de pesquisadores,
292 economizar dinheiro, reduzir o custo de gestão, juntar as entidades em um mesmo espaço físico
293 onde for possível, parar de pagar aluguel e o esforço direto dessa nova entidade é fazer
294 agroecologia dez vezes mais. Com a incorporação será possível promover o ingresso de
295 pesquisadores e em cada uma das mesorregiões ter equipe técnica dedicada a agroecologia,
296 destacando que se não for feito isso o Decreto da merenda escolar orgânica não se cumpre. O
297 Presidente se compromete em dar encaminhamento as correspondências referentes a Política de
298 Povos e Comunidades Tradicionais, dos agrotóxicos e da incorporação das vinculadas. **Bernardo**
299 **da FETRAF** declara que ficou satisfeito com o retorno da Miriam na secretaria executiva e do
300 **Ortigara** na presidência, pois percebeu que na ausência dos dois as coisas ficaram vagas, inclusive
301 o calendário de reuniões aprovado no ano passado não foi cumprido. Questiona se tem calendário
302 pois ainda não recebeu, mas é importante para se organizar, possibilitando que os demais
303 conselheiros que não vieram hoje possam se reintegrar. Outro assunto que ficou pendente no final
304 do ano passado se refere ao fato de a FETRAF ter representado o CEDRAF no GT de construção
305 do Decreto da merenda escolar, mas ainda não veio para apreciação deste plenário. Embora tenha
306 havido o encaminhamento e avanço que foi citado, poderia ser uma coisa a ser apresentada para
307 socializar, pois foi dedicado muito tempo e sono perdido para construir a proposta, no mínimo quer
308 a segurança que aquilo que foi construído se mantenha na íntegra. Acredita que conselho e as
309 organizações da agricultura familiar poderão dar suporte e apoio para as coisas acontecerem, já
310 que é necessário colocar o que está sendo elaborado no PPA estadual, pois não adianta ter o projeto
311 e não ter o recurso. **Maciel da Embrapa** reforça sobre o posicionamento do CEDRAF em relação
312 à moção dos agrotóxicos, que seja encaminhada em curto prazo, tendo em vista a crescente
313 liberação de venenos no país. **Thamisis da CONAB** retoma o assunto do PAA relatando que em
314 contato com a superintendência nacional foi informada que o Ministério da Cidadania não tem
315 intenção de passar recursos para o PAA da CONAB que atua com associação e cooperativas, sendo
316 que os recursos serão repassados para os estados e municípios, que atuam diretamente com o
317 produtor individualmente. Busca-se recursos através de emendas, em torno de cem a cento e
318 cinquenta mil, o que não é suficiente nem para um projeto, caracterizando um cenário bem ruim.
319 **Andreia do SEBRAE** se manifesta em relação ao Selo Arte e o queijo artesanal, uma vez que tem
320 empresas que procuram o SEBRAE para saber como vai funcionar, contudo ainda se desconhece
321 o posicionamento do Ministério da Agricultura e da ADAPAR, e sugere trazer este assunto na
322 próxima pauta. **Dimas do IAPAR** se manifesta sobre a liberação dos agrotóxicos e sugere que O

323 CEDRAF encaminhe uma discussão sobre o assunto, considerando que o Paraná sempre teve um
324 protagonismo muito grande, desde o receituário agrônomo nos anos oitenta, e agora a ADAPAR
325 com uma estrutura de vanguarda no processo de fiscalização sobre a comercialização. Em sua
326 opinião o CEDRAF, juntamente com a ADAPAR, com as universidades e institutos de pesquisa,
327 podem fundamentar uma posição e chamar a atenção da sociedade brasileira para um tema
328 bastante preocupante. **Norberto Ortigara** relata sobre uma manifestação da Ministra da Agricultura
329 e da Embrapa, que de todas as moléculas liberadas recentemente apenas uma é nova. Defende a
330 agroecologia e uma agricultura cada vez mais limpa e racional e para isso deve valer a ciência
331 agrônoma usando o agrotóxico de acordo com as recomendações. A ADAPAR tem limitações, na
332 medida em que apenas cadastra os produtos registrados no Brasil e faz uma investigação parcial
333 para liberar no Estado. **Luiz Alfredo da REDE ECOVIDA** reforça as questões colocadas pelo
334 Claudio e pelo Bernardo e manifesta que está mais tranquilizado com a perspectiva de ter mais
335 acesso as informações. **Norberto Ortigara** faz os encaminhamentos da reunião que consiste em
336 retomar as duas moções que foram tratadas e a carta da Câmara de Agroecologia, propondo a
337 realização de uma reunião extraordinária para julho, sendo aprovada pelos conselheiros. Miriam
338 retoma a questão da reunião da Câmara de ATER com as entidades que estão executando
339 contratos, propondo discutir não apenas sobre a ATER, mas também o PAA, e propõe uma reunião
340 em dois de julho, sendo que a Thamisis, a ADEOP e o DESER também devem participar. **Norberto**
341 **Ortigara** manifesta que manterá o conselho, mas que será feita uma análise sobre a continuidade
342 das entidades que não tem participado nas reuniões. **Item 9 - Encerramento:** Sem mais nada a
343 declarar a reunião foi encerrada agradecendo a presença dos conselheiros e demais participantes.
344 Eu Miriam Fuckner, Secretária Executiva, redigi a presente ata que deverá passar por análise,
345 correção e aprovação dos conselheiros e após será
346 assinada por mim e pelo Presidente do CEDRAF.

347
348 Miriam Fuckner
349 Secretária Executiva


Norberto Anacleto Ortigara
Presidente do CEDRAF